

# IMPACTO DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA (*EC 103/2019*) NA GESTÃO PÚBLICA

Cuiabá – Outubro de 2019

Magadar Rosália Costa Briguet

# Aspectos a serem abordados

- Governança e responsabilidades
- Aplicação dos dispositivos que não dependem de edição de leis municipais, estaduais ou distritais
- Dispositivos que dependem de lei municipal, estadual ou distrital
- Regras de transição: aposentadorias e pensões

# Governança e Responsabilidades

- Unidade gestora única
- Vedada mais de uma unidade gestora e os critérios, parâmetros e a natureza jurídica serão definidos na lei de responsabilidade previdenciária ( § 20)
- Prazo: dois anos
- (art. 9º. § 6º.)

# Governança e Responsabilidades

Vedada a utilização de recursos previdenciários e dos fundos para a realização de despesas distintas do pagamento dos benefícios previdenciários e das despesas necessárias à organização e funcionamento (taxa de administração) – art. 167, XII

# Governança e Responsabilidades

Vedada a transferência voluntária de recursos, a concessão de avais, as garantias e as subvenções pela União e a concessão de empréstimos e de financiamento por instituições financeiras federais aos Estados, ao DF e aos Municípios, **na hipótese de descumprimento das regras gerais de organização e de funcionamento de regime próprio** (art. 167, XIII, CF)

A PEC 133 revoga esse dispositivo?

# Governança e Responsabilidades

- Até que entre em vigor a Lei complementar que discipline o § 22 do art. 40: aplicam-se aos RPPS as disposições da Lei no. 9.717/98 (art. 9º.)
- **RE 1007271 STF com repercussão geral: TEMA 968**
- Discussão: se a União, ao estabelecer medidas sancionatórias ao ente federado que não cumpra as regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social, extrapolou suas competências constitucionais.

# Governança e Responsabilidades

Aplicam-se ainda (art. 9º.):

- O equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS deverá ser comprovado por meio de garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das despesas projetadas, apuradas atuarialmente, que, juntamente com os bens, direitos e ativos vinculados, comparados às obrigações assumidas evidenciem a solvência e a liquidez do plano de benefícios
- O rol de benefícios fica limitado às aposentadorias e pensões
- As despesas para pagamento do auxílio-doença, salário maternidade e auxílio-reclusão passam para o ente
  - Adequação das normas que disciplinam os benefícios



# Governança e Responsabilidades

- Cont. art. 9º.
- Prazo de até dois anos da emenda para instituição da previdência complementar e da unidade gestora única
- Os recursos poderão ser aplicados na concessão de empréstimos consignados aos segurados observada regulamentação pelo CMN
- Por meio de lei, poderá ser instituída **contribuição extraordinária pelo prazo máximo de 20 anos**
- O parcelamento de débitos dos entes com os RPPS fica limitado a 60 meses



# Governança e Responsabilidades

## Lei nº. 9.717/98 (alterada pela Lei nº.13.846/2019)

- A lei no. 9.717/98 dispõe, entre outros:
- A compensação financeira entre os regimes próprios será operacionalizada na forma do regulamento ( § 2º do art.1º)
- O servidor quando cedido a órgão ou entidade de outro ente da federação, com ou sem ônus para o cessionário, permanecerá vinculado ao regime de origem (art. 1º.A)
- A contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição (art. 2º.)

# Governança e Responsabilidades

## Lei nº. 9.717/98 (alterada pela Lei nº.13.846/2019)

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são responsáveis pela cobertura de **eventuais insuficiências financeiras** do respectivo regime próprio, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários. (art. 2º)

Aplicação de recursos, conforme o estabelecido pelo CMN, que deverá observar:

- I - a natureza pública das unidades gestoras desses regimes e dos recursos aplicados, exigindo a observância dos princípios de segurança, proteção e prudência financeira;
- II - a necessidade de exigência, em relação às instituições públicas ou privadas que administram, direta ou indiretamente por meio de fundos de investimento, **os recursos desses regimes, da observância de critérios relacionados a boa qualidade de gestão, ambiente de controle interno, histórico e experiência de atuação, solidez patrimonial, volume de recursos sob administração e outros destinados à mitigação de risco** (art. 6º)

# Governança e Responsabilidades

## Lei nº. 9.717/98 (alterada pela Lei nº.13.846/2019)

- Responsáveis pelos poderes, órgãos ou entidades, os dirigentes do RPPS, os conselheiros e membros do comitê sujeitam-se a **regime disciplinar** estabelecido pela Lei complementar no. 109 e regulamento, conforme diretrizes gerais (art.8º )
- **o processo administrativo que tenha** por base o auto, a representação ou a denúncia positiva de fatos irregulares (pelo ente, pelo TCs, pela SPREV)
- São também **responsáveis quaisquer profissionais que prestem serviços técnicos ao ente estatal e respectivo regime próprio de previdência social, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada**
- **Responsabilidade civil (indenização por danos causados):** Os dirigentes do ente federativo, da unidade gestora do regime e os demais responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive os consultores, os distribuidores, a instituição financeira administradora da carteira, o fundo de investimentos que tenha recebido os recursos e seus gestores e administradores (art. 8º.A)

# Governança e Responsabilidades

Lei nº. 9.717/98 (alterada pela Lei nº.13.846/2019)

- Competências da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (art. 9º):
  - I - a orientação, a supervisão, a **fiscalização** e o acompanhamento
  - II - o estabelecimento e a publicação de parâmetros, diretrizes e critérios de responsabilidade previdenciária na sua instituição, organização e funcionamento, relativos a custeio, benefícios, atuária, contabilidade, aplicação e utilização de recursos e constituição e manutenção dos fundos previdenciários, para preservação do caráter contributivo e solidário e do equilíbrio financeiro e atuarial

# Governança e Responsabilidades

Lei nº. 9.717/98 (alterada pela Lei nº.13.846/2019)

- III - a apuração de infrações, por servidor credenciado, e a aplicação de penalidades, por órgão próprio, nos casos previstos no art. 8º desta Lei
- IV - a emissão **do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP)**, que atestará, para os fins do disposto no art. 7º desta Lei, o cumprimento, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, dos critérios e exigências aplicáveis aos regimes próprios de previdência social e aos seus fundos previdenciários.
- Novos requisitos para os gestores, conselheiros e membros do Comitê de Investimentos (art. 8º.B)



# Governança e Responsabilidades

## Lei de responsabilidade

Lei de Responsabilidade na Gestão Previdenciária (§ 22 do art. 40) a ser editada, disporá, dentre outros:

- Aspectos importantes na aplicação e utilização de recursos
- **Fiscalização pela União e Tribunais de Contas e controle social**
- Definição de equilíbrio financeiro e atuarial
- Condições para instituição do fundo previdenciário

# Governança e Responsabilidades

## Lei de responsabilidade

- Mecanismos de equacionamento do deficit atuarial
- Estruturação da unidade gestora, observados os princípios relacionados à governança, controle interno e transparência
- Condições e hipóteses para responsabilização daqueles que desempenhem atribuições relacionadas direta ou indiretamente com a gestão do regime
- Condições para adesão a consórcio público
- Parâmetros para apuração da base de cálculo e definição das alíquotas de contribuições ordinárias e extraordinárias



# Governança e Responsabilidades

- Os estáveis e não estáveis não podem permanecer no RPPS (ADI 5.111), ressalvados aqueles que implementaram os requisitos para a aposentadoria até 17.12.2018

# Dispositivos que se aplicam também aos Estados, DF e Municípios na data da promulgação da emenda

# Dispositivos que se aplicam aos Estados, DF, Municípios na data da promulgação da emenda

- **Readaptação**
- torna-se obrigação constitucional (§ 13 do art. 37) Necessidade de instituição de programas.
- As aposentadorias por incapacidade somente serão concedidas quando insusceptível a readaptação
- A implantação pode ser feita por decreto
- Programas de readaptação
- A quem incumbirá essa atribuição?
- O Instituto previdenciário - Convênio e termo de cooperação com o ente patronal

# Dispositivos que se aplicam aos Estados, DF, Municípios na data da promulgação da emenda

- A coordenação do sistema de saúde do servidor: exames admissionais, atividades especiais, auxílio-doença e concessão de salário-maternidade
- Rompimento de vínculo
- A aposentadoria concedida com utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do RGPS, acarretarão rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição – vacância do cargo ou emprego público (§ 14 do art. 37)
- Não se aplica às aposentadorias concedidas pelo RGPS até a data da emenda (art. 6º)

# Dispositivos que se aplicam aos Estados, DF, Municípios na data da promulgação da emenda

- **Incorporação**
- É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporária ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração no cargo efetivo (art. 37, § 9º.).
- Exceções: as realizadas até a data da publicação da emenda (art. 13 da emenda)
- **As leis estaduais e municipais ou orientações que autorizam essas incorporações não poderão mais ser adotadas (ressalvadas as incorporações anteriores)**

# Dispositivos que se aplicam aos Estados, DF, Municípios na data da promulgação da emenda

- **Complementação**
- É vedada a complementação de aposentadorias e pensões exceto: (§ 15, art. 40)
  - as previstas na previdência complementar e
  - decorrentes de lei que extinga o RPPS e
  - As concedidas até a data da emenda (art. 7º.)
- **Servidores com mandato eletivo**
- Servidor exercente de mandato eletivo **permanece filiado** ao RPPS (art. 38, V)
- Solução para os casos de servidores que não recolheram contribuição ao regime e contribuíram para o RGPS (acordo com o INSS)

# Dispositivos que se aplicam aos Estados, DF, Municípios na data da promulgação da emenda

- **Acumulação de proventos de aposentadoria:** somente em casos de acumulação lícita: dois cargos de professor, um de professor com técnico ou científico, dois cargos de profissionais da saúde regulamentadas; de militares dos Estados, dos Territórios e do DF com professor e profissional da saúde (EC 101/2019) (art. 40, § 6º)
- Cargo, emprego e função em qualquer ente da federação
- Sistema de integração de dados: art. 12 da emenda



# Dispositivos que se aplicam aos Estados, DF, Municípios na data da promulgação da emenda

- **Contagem de tempo**

- O tempo de contribuição federal, estadual, distrital ou municipal será contado para fins de aposentadoria, inclusive o tempo de militar
- O tempo de serviço será contado para fins de disponibilidade (§ 9º)

- **Compensação**

- Compensação é garantida inclusive em relação ao tempo computado de militar

# Dispositivos que se aplicam aos Estados, DF, Municípios na data da promulgação da emenda

- Princípios do art. 40
- Art. 40, *caput*, da CF
- Caráter contributivo (não há benefício sem custeio)
- Caráter solidário
- Contribuição do ente federativo, dos servidores ativos, de aposentados e de pensionistas
- Critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial do regime

# Dispositivos que se aplicam aos Estados, DF, Municípios na data da promulgação da emenda

- Vedada a acumulação de mais de **uma pensão** por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do mesmo regime, ressalvadas as pensões do mesmo instituidor decorrentes do exercício de cargos acumuláveis (art. 24)
- Será permitida a acumulação de benefícios, onde é assegurado o recebimento integral do benefício mais vantajoso e uma parte dos demais benefícios:

# Dispositivos que se aplicam aos Estados, DF, Municípios na data da promulgação da emenda

- pensão por morte de cônjuge ou companheiro de um regime com pensão por morte de cônjuge ou companheiro por outro regime ou com pensões de militares
- pensão por morte de cônjuge ou companheiro de um regime com aposentadoria do RGPS ou RPPS ou com pensões de militares (inclusive forças armadas)
- pensões dos militares com aposentadoria do RGPS e RPPS

Dispositivos que se aplicam aos Estados, DF, Municípios na data da promulgação da emenda

As restrições não serão aplicadas se o direito aos benefícios houver sido adquirido antes da data de entrada em vigor da emenda

O beneficiário poderá optar pelo mais vantajoso benefício a qualquer tempo, em razão da alteração de algum dos benefícios.

Regras poderão ser alteradas conforme § 6º do art. 40 e § 15 do art. 201

Medidas a serem adotadas para esse controle

## Exemplo de acumulação:

Aposentadoria	R\$ 12.000,00		
Pensão	R\$ 5.992,01		
		100%	998,00
R\$ 998,01	R\$ 1.996,00	60%	R\$ 598,80
R\$ 1.996,01	R\$ 2.994,00	40%	R\$ 399,20
R\$ 2.994,01	R\$ 3.992,00	20%	R\$ 199,60
R\$ 3.992,01	R\$ 5.992,01	10%	R\$ 200,00
			R\$ 2.395,60
		Total	R\$ 14.395,60
		Antes	R\$ 17.992,01

# Dispositivos que dependem de Lei dos Estados, DF e Municípios



# Dispositivos que dependem de Lei dos Estados, DF e Municípios – Tipos de Lei

LEI ORGÂNICA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL	IDADES MÍNIMAS PARA APOSENTADORIAS VOLUNTÁRIAS – HOMEM E MULHER PROFESSOR TERÁ REDUÇÃO DE 05 ANOS NA IDADE
LEIS COMPLEMENTARES DOS ENTES FEDERATIVOS	A) Requisitos para aposentadoria voluntária  A) Idade e tempo de contribuição para:  Aposentadoria servidores com deficiência Agentes penitenciários e socioeducativos Policiais civis estaduais Aposentadorias especiais: insalubres e perigosas (de risco)
LEIS ORDINÁRIAS DOS ENTES FEDERATIVOS	APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE PARA O CARGO EM QUE ESTIVER INVESTIDO, QUANDO INSUSCETÍVEL DE READAPTAÇÃO, HIPÓTESE EM QUE SERÁ OBRIGATÓRIA A REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÕES PERIÓDICAS PARA VERIFICAÇÃO DA CONTINUIDADE DAS CONDIÇÕES QUE ENSEJARAM A CONCESSÃO DA APOSENTADORIA  CRITÉRIOS DE CÁLCULOS DAS APOSENTADORIAS

# Dispositivos que dependem de Lei dos Estados, DF e Municípios

## Pensão de acordo com a lei do ente

- garantido o valor do salário mínimo quando se tratar da única fonte de renda formal auferida pelo dependente
- tratará de forma diferenciada a hipótese de morte dos servidores policiais civis e agentes penitenciário e socioeducativo, decorrente de agressão sofrida no exercício ou em razão da função (§ 7º do art. 40)

## Previdência complementar

Instituir por lei previdência complementar para os servidores efetivos, observado o limite máximo dos benefícios do RGPS para o valor das aposentadoria e das pensões, no prazo de dois anos da data da promulgação da emenda (§ 6º do art. 9º)

## Abono de permanência

**Poderá** ser instituído abono de permanência para servidores que tenham completado as exigências para aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade – valor equivalente, no máximo, da contribuição previdenciária (§ 19 do art. 40)

# Dispositivos que dependem de Lei dos Estados, DF e Municípios

- **Alíquota de contribuição**
- A alíquota de contribuição não poderá ser inferior à do servidor federal, exceto se não houver deficit (nesse caso não poderá ser inferior às do RGPS)
- A alíquota prevista na Lei 10.887 passa a ser 14% (art.11)
- A alíquota dos servidores estaduais, distritais e municipais deverá ser de, no mínimo, 14% ( pode ser menor se não houver deficit, observadas as alíquotas do RGPS)
- **PRAZO??**
- Instituir por lei contribuições cobradas dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, que **poderão ter** alíquotas progressivas (art. 149, § 1º )
- A contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas **poderá** incidir sobre o valor dos proventos de aposentadoria e pensão que superem o salário mínimo quando houver deficit atuarial (§ 1oA do art. 149)
- Se não resolver o deficit, poderá ser instituída contribuição previdenciária extraordinária pelo prazo de máximo de 20 anos, inclusive para aposentados e pensionistas, simultaneamente com outras medidas para equacionamento do deficit.(§ 8º do art. 9º.)

# Dispositivos que dependem de Lei dos Estados, DF e Municípios

## Extinção do RPPS

Condições para extinção do RPPS por lei (enquanto lei federal não dispuser sobre o assunto):

- 1) Migração dos servidores para o RGPS
- 2) Assunção integral da responsabilidade pelo pagamento dos benefícios já concedidos e dos a serem concedidos cujos servidores implementaram os requisitos para a concessão
- 3) Mecanismo de ressarcimento ou de complementação de benefícios aos que tenham contribuído acima do limite do RGPS
- 4) Vinculação das reservas exclusivamente ao pagamento dos benefícios concedidos e a conceder, ao ressarcimento das contribuições ou a complementação dos benefícios e à compensação financeira com o RGPS
- 5) A existência de superávit atuarial não impede a extinção

# O que justifica a alteração das regras de aposentadoria e pensão dos servidores dos entes federados?

Em especial:

- O *deficit* financeiro e atuarial do regime previdenciário
- A sobrevida dos idosos e manutenção dos benefícios previdenciários por muito tempo
- Critérios de cálculo das aposentadorias: última remuneração no cargo efetivo e a paridade.

# Aprovada a Emenda quais as Regras de Aposentadoria e Pensão que deverão ser seguidas por Estados, Municípios e DF?

# Regras de Aposentadoria e Pensão a serem observadas com a promulgação da Emenda

Para mudar as regras de aposentadoria atualmente vigentes para os servidores estaduais, municipais e distritais, é preciso que o MUNICÍPIO, ESTADO OU DF referendem a revogação dos seguintes artigos;

- - 2º , 3º, 6º da EC 41 – aposentadoria voluntária: regra de transição
- - 3º da EC 47 – aposentadoria voluntária: regra de transição
- - 6º A da EC 41 – aposentadoria por invalidez (regra de transição)
- - § 21 do art. 40 – isenção de contribuição previdenciária para aposentados e pensionistas (acima do dobro do limite do RGPS)



# Regras de Aposentadoria e Pensão a serem observadas com a promulgação da Emenda

- OU SEJA: ENQUANTO OS MUNICÍPIO/ESTADO/DF NÃO EDITAREM NOVAS REGRAS DE APOSENTADORIA PARA OS SEUS SERVIDORES E ADOTAREM AS REGRAS DA EMENDA E ASSIM REFERENDAR AS REVOGAÇÕES DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO, **PREVALECEM:**
- **AS REGRAS DA LEGISLAÇÃO LOCAL (REPRODUÇÃO DO ART. 40, § 1º, I, II e III e § 5º): PARA SERVIDORES QUE INGRESSARAM A PARTIR DE 2004**
- **AS REGRAS DE APOSENTADORIAS DE TRANSIÇÃO ATUALMENTE VIGENTES, PARA SERVIDORES QUE INGRESSARAM ATÉ 31.12.2003 E ATÉ 16.12.98**
- **A REGRA DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ: PARA SERVIDORES QUE INGRESSARAM ATÉ 31.12.2003**
- **AS REGRAS PARA AS APOSENTADORIAS ESPECIAIS: SÚMULA VINCULANTE 33**
- **AS REGRAS DE PENSÃO ATUALMENTE VIGENTES**

# Regras de Aposentadoria e Pensão a serem observadas com a promulgação da Emenda

- **Aposentadoria dos guardas municipais:** Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1215727 STF – Tema 1057:
- *Os guardas civis não possuem direito constitucional à aposentadoria especial por exercício de atividade de risco prevista no artigo 40, parágrafo 4º, inciso II, da Constituição Federal.*
- Aposentadorias de servidores com deficiência: necessidade de mandado de injunção e após concessão da aposentadoria, observadas as disposições da LC 142/2013

# CONTRIBUIÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS

- Permanece em vigor o § 18 do art. 40, ou seja, os aposentados e pensionistas só contribuirão desde que percebam acima do limite do RGPS (R\$ 5.839,45)
- Os aposentados e pensionistas com doença grave que contribuem somente após o **dobro** do limite do RGPS permanecem com o favor legal, até que o Município referende a revogação, adotando as disposições previstas na emenda.

# Abono de Permanência e a PEC 139/2015

- Essa PEC proposta revoga o abono de permanência ( o § 19 do art. 40, § 5º do art. 2º da EC 41 e o § 1º do art. 3º da EC 41)

# PEC Paralela

- Por meio de Lei Ordinária os Estados, DF e Municípios podem adotar as mesmas Regras para a União, inclusive Aposentadorias Especiais, Pessoas com Deficiência, Policiais
- A adoção integral das regras da União, feita pelos Estados, implicará a adoção Integral também pelos seus Municípios, abrangendo: Regras de Transição, Provisórias, Direito Adquirido estabelecidas na emenda, alíquota de 14%
- Poderá o Município desfazer a adoção Integral no prazo de até 360 dias

# Obrigada!